

A FILOSOFIA DE CAIO PRADO JUNIOR

Elisabete M. Marchesini de PÁDUA
Mestre em Filosofia Social, docente do
Instituto de Filosofia da PUCCAMP

"Honrar um pensador não é elogiá-lo, nem mesmo interpretá-lo, mas discutir sua obra, mantendo-o desta forma vivo e demonstrando, em ato, que ele desafia o tempo e mantém sua relevância".

(C. Castoriadis)

Se por obra e graça do Espírito Santo lhe entregassem o país, o que faria?

"A primeira coisa que faria era deixar o Brasil todo falar, deixar o povo falar, participar da vida pública. O povo, a massa da população brasileira, é que precisa abrir a boca e dizer o que lhe faz falta. Se não é capaz disto, como há quem alegue, então não somos dignos de ser um país civilizado... Em suma, a primeira coisa a fazer seria convocar uma Constituinte para que o Brasil inteiro pudesse falar, se organizar dignamente, estabelecer um regime em que a massa da população pudesse efetivamente participar da vida pública do País. Haverá erros, sem dúvida, haverá de tudo, mas não há outro caminho".

(Caio Prado Junior, entrevista, 11-6-78)

A obra de Caio Prado Junior tem sido interpretada fundamentalmente dos pontos de vista chamados históricos e

econômicos, e os textos filosóficos aparecem como um "acidente" em relação ao todo de sua obra, como se pudéssemos traçar entre os textos histórico-econômicos e os filosóficos uma linha divisória, de tal forma que os textos do Historiador e do Economista adquiriram um status não conferido aos textos do Filósofo.

Nosso trabalho¹ buscou uma interpretação global do pensamento filosófico pradiano, procurando manter os elos de ligação com sua obra como um todo e buscar em que momentos do processo de mudanças na formação social brasileira e latino-americana seu pensamento se insere.

No presente artigo procuramos elaborar subsídios para a compreensão do pensamento pradiano, no contexto histórico-sociológico do marxismo na A. Latina.²

MARX E A AMÉRICA LATINA

A rigor, como objeto de estudo, a América Latina nunca foi uma preocupação central na obra de Marx e Engels, mas ela se insere em toda a problemática da questão nacional, a partir do entendimento do desenvolvimento do modo de produção capitalista e particularmente do ocidente europeu, que se faz "às custas" do mundo extra-europeu.

No entanto, o próprio pensamento de Marx sobre a questão nacional passa por uma "evolução"; a grosso modo, pode ser entendida uma primeira fase³ de 1847-1856, onde predominam os artigos sobre a dominação inglesa na Índia, e uma certa tendência à "justificação teórica" desta dominação, a partir da idéia de que a Inglaterra exercia uma ação civilizadora sobre os "países bárbaros", não capitalistas, e levaria rapidamente à formação de uma burguesia industrial e conseqüentemente do proletariado.

Um período de transição no pensamento de Marx, que vai de 1856 a 1864, onde não há uma grande revisão teórica das concepções sobre a relação das grandes potências

da Europa e o mundo colonial, mas que é marcada por um tom de denúncia, de repúdio moral às atrocidades cometidas pelos colonizadores e uma ênfase no direito dos colonizados resistirem a este processo de colonização.

A partir de 1864, com a questão da Irlanda, fica clara a mudança de Marx, ao propor que países como Irlanda e a Índia tenham governo próprio, independência, enfim, criem barreiras protetoras contra a Inglaterra; Marx fica convencido que a Inglaterra não teve condições de criar na Ásia uma sociedade - industrial moderna, mas sim que aprofundou as contradições, ao desarticular seu sistema econômico de propriedade comunal da terra.

Com a morte de Marx em 1883, uma quarta fase é marcada pela continuidade das reflexões sobre a questão nacional feita por Engels, que de certa forma retoma alguns conceitos de "Princípios do Comunismo" (escrito 35 anos antes), como a idéia de que a revolução socialista seria levada a cabo pela classe trabalhadora dos países europeus mais adiantados e pela dos Estados Unidos.

Vê-se nos textos clássicos do marxismo uma defesa da separação norte-americana, como o próprio Engels afirma em 1848⁴: "Na América presenciamos a conquista do México, a qual muito nos agradou. Também constitui um progresso que um país ocupado até o presente, exclusivamente de si mesmo, devastado por constantes guerras civis e onde qualquer desenvolvimento era impossível, um país que na melhor das hipóteses, estava por se tornar vassalo industrial da Inglaterra, um país nestas condições seja lançado, pela violência, no movimento histórico. É no interesse de seu próprio desenvolvimento que o México estará, de agora em diante, sob a tutela dos Estados Unidos. É no interesse do desenvolvimento de **toda a América** que os Estados Unidos, mediante a ocupação da Califórnia, obtém o predomínio sobre o Oceano Pacífico".

Estas concepções clássicas são marcadas pelos conceitos herdados de Hegel⁵ sobre o mundo extra-europeu:

durante este período Engels e Marx negam aos “resíduos de povos” direito a uma existência nacional, independente, como a dos povos dotados de “força vital”, “viáveis”. Só começam a valorizar as mudanças sociais ocorridas, caso dos Estados Unidos, quando entendem que estas mudanças impulsionavam o processo de industrialização e, portanto, levavam à formação do Estado - nação, das classes burguesa e proletária.

Este dualismo hegeliano “nações históricas” - “nações sem história”, certamente influenciou nas concepções de Marx e Engels sobre a América Latina, já que Hegel não destinava à América um lugar autônomo na história do espírito humano, da filosofia.

Por uma questão de método, já que a análise marxista incorpora a história e a política como elementos condicionadores da reestruturação no campo analítico, a partir de 1860 esta visão hegeliana, como categoria analítica, começa a ser revista, pela própria necessidade de se incluir a dinâmica nacional na teoria da revolução.

Pelo menos Marx (ao que parece Engels não compartilha desta visão) se dá conta da problemática identificação entre *desenvolvimento capitalista - classe operária internacionalmente homogênea*, na análise da libertação dos povos dominados; isso fica claro a partir do entendimento da questão da Irlanda e dos textos sobre a revolução turca, polonesa e russa, quando transparece a possibilidade de uma certa autonomia destes povos dominados para “ultrapassarem” as fronteiras de nações a-históricas a nações históricas, desde que as lutas nacionais pudessem romper a estabilidade do modo de produção dominante. Há um movimento no pensamento de Marx, que vai dos conceitos iniciais de 1848, que desvalorizavam o campesinato, a uma postura de valorização das massas rurais, que se distancia dos conceitos iniciais “etapistas” do desenvolvimento do modo de produção.

As condições sociais da Rússia levaram Marx a um estudo mais aprofundado da teoria da comunidade rural, de 1875 em diante, portanto após a publicação do I tomo do

Capital (1867); estes estudos mostram a sua mudança de perspectiva: da sua anterior “admiração” aos valores sociais das comunidades primitivas, passa a considerar cada vez mais a viabilidade da comuna primitiva, como categoria analítica, como chama a atenção Hobsbawm: “É interessante constatar que - de certo modo até inesperadamente - seus pontos de vista se inclinassem no sentido dos Narodiniks, que sustentavam que a comunidade aldeã russa poderia fornecer a base da transição para o socialismo sem prévia desagregação através do desenvolvimento capitalista”⁶.

Portanto, nada mais incorreto do que entender a problemática da evolução histórica dos modos de produção a partir de uma classificação rígida, com base somente nas afirmações de Marx no Prefácio da Crítica da Economia Política, por exemplo: “em linhas gerais podemos designar de modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno às tantas épocas de progresso da formação econômica da sociedade”. Deve-se entender que esta “classificação” é o resultado de observações e estudos que Marx e Engels realizaram, mas não constituem uma dedução teórica, nem significam que o desenvolvimento do capitalismo industrial seja o único pressuposto para o desenvolvimento do socialismo.

Esta rigidez ou equívoco na interpretação do pensamento de Marx causou sérios prejuízos à teoria marxista. Um deles é justamente o que aparece em “Materialismo Histórico e Materialismo Dialético”, de J. Stalin.

Vejam-se as seguintes passagens: “A história conhece cinco tipos fundamentais de relações de produção: a comuna primitiva, a escravatura, o regime feudal, o regime capitalista e o regime socialista... no regime socialista que, até este momento, só está estabelecido na URSS, é a propriedade social dos meios de produção que forma a base das relações de produção. Aqui já não há exploradores nem explorados”... que, além de acrescentar mais um modo de produção aos que Marx havia detectado, considera por encerrado o movimento

de busca do socialismo, ao considerá-lo já estabelecido na URSS.

E mais, “quando os capitalistas russos, de acordo com os capitalistas estrangeiros, implantaram ativamente na Rússia a grande indústria mecanizada moderna, sem tocar no czarismo e lançando os camponeses como repasto aos grandes latifundiários, ignoravam evidentemente as conseqüências sociais que resultariam desse considerável crescimento das forças produtivas, não pensavam nisso; não tinham consciência, não compreendiam que este considerável salto das forças produtivas da sociedade daria origem a um reagrupamento das forças sociais, *que permitiria ao proletariado se associar ao campesinato e fazer triunfar a revolução capitalista*”.

Fica clara a necessidade de se implantar primeiro o capitalismo, e a teoria de Stalin da Revolução por etapas decorre desta interpretação equivocada da teoria de Marx; a concepção de uma revolução democrático - burguesa como etapa autônoma deve passar pela sucessão feudalismo - capitalismo - capitalismo atrasado - socialismo, como se o desenvolvimento histórico fosse regido por “leis naturais”.

Quando se passa da teoria à prática, há o imperativo da formação do bloco de quatro classes - proletariado, campesinato, pequena burguesia e burguesia nacional, como condição para a marcha em direção ao socialismo. Esta doutrina de Stalin, inicialmente aplicada na China Popular, acabou por se generalizar para todos os países coloniais ou semi-coloniais da América Latina, configurando uma interpretação economicista da teoria de Marx.

O PROCESSO DE DIFUSÃO DO MARXISMO NA AMÉRICA LATINA

A difusão do marxismo na América Latina não pode ser entendida de forma homogênea, dada a especificidade de cada formação social. Neste sentido, não se pode entender a América Latina como uma “categoria analítica”: cultura, reli-

ção, língua, etc., traçam profundas diferenças entre os povos, que não podem ser analisados generalizadamente sob uma unidade. Entretanto, observamos que persiste um "sentimento" latino-americano em virtude de um processo comum de colonização e de uma luta comum pela independência política, econômica e financeira em relação aos países centrais.

Levantamos neste esboço alguns pontos de referência para a compreensão do processo de difusão do marxismo na América Latina, a fim de que possamos formar um quadro amplo onde o pensamento de Caio Prado Junior se insere, a partir destas considerações que já traçamos sobre o pensamento de Marx a respeito da questão nacional.

Este processo de difusão do marxismo pode ser entendido a partir da seguinte periodização: um primeiro período, dos anos 20 a 35, onde se destacam as análises de Mariátegui e a revolução de Salvador de 1932; um período de 1935 a 1959, onde se encontra nitidamente a influência da interpretação stalinista e, no plano prático, a organização da revolução por etapas; após os anos 60 um período revolucionário, marcado pela luta armada e pelo radicalismo inspirado na revolução cubana.

No primeiro período constatamos uma tendência na caracterização da revolução latino-americana como socialista e anti-imperialista ao mesmo tempo, mas que de qualquer modo rotulava a teoria marxista como "europeísta", de forma que havia a necessidade de **adaptá-la** à realidade, quando não **transplantá-la** simplesmente, buscando na teoria marxista o equivalente latino-americano. Graças a esse processo, a estrutura agrária é tida como feudal, a burguesia nacional local é tida como progressista, quando não revolucionária, os camponeses são reticentes ao socialismo coletivista... Como bem analisa Lowy⁷ a especificidade da América Latina está implícita ou explicitamente negada, e o continente "não está maduro" para o socialismo. Na prática, se impõe a luta por uma etapa histórica democrática e anti-feudal, nos moldes da Europa nos séculos XVIII e XIX!

No segundo período, marcadamente stalinista, há o predomínio de um dogmatismo universalista, só quebrado isoladamente por alguns pesquisadores, como Mariátegui no período anterior; nos anos 40 e 50 Sergio Bagu (Argentina), Caio Prado Junior (Brasil), Marcelo Segall (Chile), se negaram a considerar a formação social latino-americana como feudal, mostrando que a causa das desigualdades regionais não era o feudalismo, mas a especificidade do desenvolvimento do capitalismo e o sentido da colonização e da dependência. Estes autores buscaram articular uma metodologia clássica marxista com uma análise que levasse em conta as características da economia e da sociedade latino-americana.

Entretanto, a visão que predominou foi a stalinista; isto gerou a idéia de um marxismo acabado, auto-suficiente, inquestionável, onde as falhas eram decorrentes de sua aplicação/adaptação e não do equívoco na análise de cada formação social.

Uma questão metodológica importante é deixada de lado: como um método de investigação permite a passagem para um método político de transformação da realidade?

Creemos que é só a partir de uma realidade nacional, historicamente determinada, que podemos definir um novo sistema de orientação teórica, metodológica e política. Ignorar isto é absolutizar o marxismo, é atribuir-lhe uma unidade teórica inexistente: basta lembrar que as categorias de Marx referem-se a fenômenos econômicos, políticos e ideológicos que operam no contexto de *uma determinada relação histórica*.

Não pode haver uma correspondência mecânica destas categorias para a análise da América Latina. Quando houve a tentativa de fazer esta correspondência, essa inadequação se expressa na prática e na teoria; temos como exemplo os próprios termos equivocados para a interpretação da realidade que predominam neste período, como: semi-feudal, feudalismo, formações pré-capitalistas, proletariado, burguesia nacional, etc.

No plano político esses equívocos levaram à crença da necessidade de formação de um proletariado industrial

como *único* suporte das transformações sociais em direção ao socialismo, fez também com que os movimentos revolucionários considerassem como prioridade o processo de industrialização, a formação de uma massa de trabalhadores industriais e a idéia de que nos países agrários estes trabalhadores se uniriam aos camponeses e esse fator seria importante para o desenvolvimento do capitalismo.

Em decorrência disso, este período é marcado pela organização das alianças entre partidos comunistas, socialistas e “burgueses democráticos”; um exemplo destas alianças encontramos na organização, na maioria dos países latino-americanos, das Frentes Nacionais de luta, onde estas alianças se fizeram com as forças burguesas consideradas progressistas, nacionalistas, que visavam justamente o desenvolvimento de um capitalismo nacional e independente. Desta maneira, se afastavam cada vez mais da revolução socialista, os partidos caíram num “taticismo” imobilizador...

Ao analisar estas distorções ocorridas no movimento social latino-americano, quanto ao plano teórico, José Aricó observa que: “Convertida pelo próprio autor em uma obra aberta de múltiplos sentidos, “O Capital” serviu, na leitura feita pelo movimento socialista, como fundamentação teórica de uma visão teleológica da evolução das sociedades, a partir da qual cada uma energia da anterior seguindo um esquema unilinear que desembocava inexoravelmente no triunfo do socialismo... uma obra que devia ser o *golpe teórico* contra a burguesia, do qual esta nunca mais poderia se recuperar, converteu-se, nos países atrasados, no livro dos burgueses, como sólido fundamento para a aceitação da necessidade e progressividade do capitalismo, tal como se configurou concretamente na Europa ocidental”⁸. Para tanto, era imprescindível a transformação das nacionalidades em estados - nação soberanos, daí os movimentos sociais serem marcados pela luta nacionalista, pelo estabelecimento de uma “vontade” nacional e popular, pelos esforços de modernização para superação do mundo autóctone considerado arcaico, pelas

lutas pela independência econômica e financeira, etc.; isto fez com que se visse no marxismo uma ideologia do progresso e do desenvolvimento, a partir dela se deveria estabelecer um combate sem tréguas ao “atraso” cultural e econômico.

Note-se que a estratégia dos partidos se mostra contra a história regional: ao absorver as orientações “stalinizadas” da URSS os partidos comunistas da América Latina se propunham tarefas que podemos considerar um retrocesso para a marcha em direção ao socialismo.

O Partido Comunista do Brasil não foge a este quadro. Em nenhum momento se coloca em questão a interpretação oficial do marxismo, a doutrina da revolução por etapas e do bloco de quatro classes para a realização de uma etapa nacional - democrática. O desenvolvimento poderia ser alcançado pela industrialização, pela organização das massas e pelo partido revolucionário que os guiaria.

Esse conhecimento da realidade “filtrado” pela ótica stalinista não levava em conta qualquer dissidência ou análise que não passasse por este crivo pré-estabelecido, justamente porque isso significava uma revisão de estratégia que não cabia no modelo elaborado pela III Internacional (1919). Quando a III Internacional se dissolveu, as vésperas da II Guerra Mundial, isso não significou a passagem para um pensamento político autônomo, ao contrário, se radicalizaram as posições stalinistas.

O campo teórico do reconhecimento nacional e da análise diferenciada da realidade latino-americana se fecha, fora algumas exceções, como Mariátegui, Caio Prado Junior, Sergio Bagu.

O período que se segue à II Guerra Mundial, caracterizado pela guerra-fria, marca o início de uma ofensiva internacional do capitalismo contra a URSS, que tem conseqüências desastrosas para o marxismo na América Latina; os partidos comunistas foram colocados “fora da lei”, seus dirigentes duramente perseguidos. Apesar disso, os comunis-

tas se encontram à frente de importantes movimentos e massa, como as greves no Brasil (1953 a 1954), as guerrilhas camponesas na Colombia - (1954 a 1955).

A morte de Stalin (1953) e a realização do XX Congresso do Partido Comunista da URSS (1956) não significou o rompimento das ligações político-ideológicas entre os partidos comunistas da América Latina e a direção soviética. Uma nova orientação da URSS no sentido de uma *convivência pacífica* e apoio aos governos burgueses considerados democráticos - no Brasil, por exemplo, J. Kubitschek - vai marcar o final dos anos 50, onde as soluções radicais são abandonadas, porque *aquela etapa* não as justificava, o que passa a importar é a *união entre proletários e burgueses contra o imperialismo norte-americano*.

A revolução cubana veio sacudir o continente latino-americano, a proclamação da revolução socialista por Fidel Castro em maio de 1961, após a defesa da invasão da Baía dos Porcos, consolida a realidade já existente de uma revolução socialista que enfrenta e destrói os quadros democrático-burgueses. Isso nos mostra claramente que a revolução cubana foi realizada "do lado de fora" do modelo ideológico e economicista do marxismo oficial.

É o início de uma nova era, a era da luta armada como via eficaz tanto para destruir o imperialismo como para efetuar a passagem ao socialismo, portanto, contrária às orientações "oficiais". A partir de 1959, e principalmente com E. Che Guevara (1928 - 1967) se firmam estas idéias contrárias à interpretação marxista oficial; a principal delas é que as burguesias nacionais não são capazes de se opor ao imperialismo, nunca o foram: não há alianças a fazer, "ou revolução socialista ou caricatura de revolução". Em Cuba se "queimaram etapas" para forçar a marcha dos acontecimentos, mas, segundo Guevara, a partir de um quadro em que isso era objetivamente possível, se colocando contra todas as análises etapistas, contra o determinismo rígido e "científico" da doutrina de Stalin.

Começa a se expandir a idéia do "fazer a revolução", fazendo com que os anos 60 sejam marcados pela visão de Castro e Guevara e a tentativa de estabelecer a guerrilha rural em vários países da América Latina.

Após 1968 surgem movimentos de guerrilha de impacto político muito grande: no Brasil a A. L. N. - Alianças Libertadora Nacional, dirigida por C. Marighella e o M. R. 8 - Movimento Revolucionário 8 de outubro, dirigido por C. Lamarca. No Uruguai os Tupamamos, dirigidos por Raul Sendic; na Argentina o E. R. P. Exército Revolucionário do Povo, dirigido por Roberto Santucho e outros na Bolívia e no Chile.

Uma repressão brutal desarticulou estes movimentos e o castrismo se enfraquece a partir de meados dos anos 70; só a F. S. L. N. - Frente Sandinista de Libertação Nacional, da Nicarágua, após intenso trabalho entre 1977 - 1979, conhece algum êxito, derrubando a ditadura de A. Somoza.

Devemos lembrar que a experiência do Chile configura a tentativa mais importante de passagem pacífica para o socialismo na América Latina, e o Partido Comunista certamente contribuiu para o governo da Unidade Popular de S. Allende, porém a aliança com as forças burguesas consideradas progressistas resultou no desastre de 1973.

SITUANDO CAIO PRADO JUNIOR

Este breve esboço constitui o pano de fundo para o entendimento do pensamento pradiano no contexto histórico-sociológico latino-americano.

Embora Caio Prado Junior só edite seu primeiro texto um ano após a morte de Mariátegui (1932), encontramos alguns pontos de aproximação entre esses dois autores: ambos tiveram sua formação intelectual fora dos quadros do Partido e uma certa vivência do mundo europeu, que certamente lhes ampliou os horizontes na análise da realidade latino-americana.

É inegável que “Sete Ensaio de Interpretação da Realidade Peruana” (1928) e “Evolução Política do Brasil” (1933) são os primeiros ensaios de análise da formação social concreta da América Latina, que se valem de um quadro teórico marxista que não despreza a experiência social das massas. Caio Prado Junior percorreu praticamente todo o Brasil e tinha uma clareza não só teórica da especificidade de nossa realidade social.

Em ambos encontramos uma análise do nível econômico que escapa do determinismo rígido das etapas; há nestes dois autores uma vontade de “educar” as massas e os segmentos do Partido contrários às suas análises. Mariátegui funda a Revista Amauta, rompendo com a APRA de Haya de la Torre e elabora um programa para o Partido em 1928.

Caio Prado Junior também muito cedo se indispõe com o Partido Comunista do Brasil, porém não o abandona e sua contribuição é preciosa: elabora em 1935 o Programa da Aliança Nacional Libertadora, da qual se torna vice-presidente. Preso no Rio Grande do Sul, é trazido a São Paulo onde fica detido até 1937, quando parte para o exílio na França. Em 1942, já de volta ao Brasil, publica o clássico “Formação do Brasil Contemporâneo”, hoje na sua 20ª edição e publicado em vários idiomas. No ano seguinte funda a Editora Brasiliense, de importância inquestionável até os dias de hoje.

A sua grande contribuição nos anos 50 foi a fundação da Revista Brasiliense (1955). Como Mariátegui, Caio Prado Junior não formou uma escola, no sentido acadêmico; mas dos intelectuais que se aglutinaram em torno da Revista Brasiliense, muitos deram continuidade às pesquisas sob a ótica marxista; tanto em sua direção como enquanto colaboradores, pela Revista passaram nomes importantes, como: João Cruz Costa, Heitor Ferreira Lima, Eduardo Sucupira Filho, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Michel Debrun, Michel Lowy, José Arthur Gianotti, Otavio Ianni, só para citar alguns, que contribuíram para o debate em torno de nossa realidade social.

Ainda na década de 50 Caio Prado Junior publica os textos considerados filosóficos: *Dialética do Conhecimento* (1952) e *Notas Introdutórias à Lógica Dialética* (1959), que foram objeto de nosso estudo na citada tese.

Em *Dialética do Conhecimento* o autor procurou abordar a Teoria do Conhecimento sob a ótica do Materialismo Dialético. Neste sentido, a contraposição Idealismo versus Materialismo está sempre presente e é a partir da crítica ao idealismo que o autor busca uma fundamentação científica para a Lógica e o Método dialético.

Caio Prado entende que Hegel dá o primeiro passo para se construir o método dialético: a consciência da forma do movimento do pensamento, sua organização, sua mobilidade e dinamismo, a sucessividade. Abre caminho para a dialética materialista, que vai estabelecer o relacionamento sujeito-objeto que a Metafísica deixa separados, relacionamento este que se dá no interior dos fatos concretos, da realidade histórico-social.

Para o autor, coube a Marx e Engels a tarefa teórica de sistematizar o estudo do processo de logificação iniciado por Hegel; esse trabalho será completado por Lenin em *Materialismo e Empírio-criticismo* e por Stalin em *Materialismo Dialético e Materialismo Histórico*, que dão, segundo Caio Prado, um tratamento científico a todas estas questões do conhecimento.

Buscamos compreender a contraposição Idealismo versus Materialismo presente na abordagem de Caio Prado Junior da Teoria do Conhecimento, a partir da análise do processo do conhecimento, das questões da ciência, da política e da liberdade.

A questão da atividade como fundamento do conhecimento é abordada por Caio Prado em *Dialética do Conhecimento* (1952) de acordo com a visão de Marx e Engels, e seus conceitos de práxis e realidade assumem o lugar que lhes cabe na teoria do conhecimento na perspectiva dialética;

entretanto, em *Notas Introdutórias à Lógica Dialética* (1959) já ocorreu um distanciamento dos textos clássicos do marxismo, com relação à práxis como fundamento do conhecimento e espaço histórico da conquista da liberdade; ao priorizar as operações mentais na análise do processo do conhecimento, o autor se fixa no estudo da função orgânica do pensar, se afastando do campo filosófico e buscando na Psicologia a possibilidade de fundamentar “cientificamente” o estudo destes processos, sob nítida influência de Materialismo Dialético e Materialismo Histórico, de Stalin. Isso deu origem a um afastamento do campo teórico proposto por Marx e Engels, impondo um cientificismo à abordagem do conhecimento, que levou Caio Prado a se afastar da análise da práxis como fundamento do conhecimento e de toda relação humana.⁹

Este “desvio” não se dá ao acaso, e não estamos certos de poder considerá-lo como uma contradição no pensamento pradiano. O seu encaminhamento é o resultado de todo o processo de difusão da teoria marxista naquele momento histórico, que faz com que os textos filosóficos de Marx, a exemplo dos “Manuscritos Econômico-filosóficos” e tudo o que se referia à filosofia, fosse considerado “de segunda classe”, “obra da juventude”, sendo privilegiados os textos de economia, e assim mesmo, a partir de uma dada interpretação, “a oficial”.

A dialética passa a ser, nesta perspectiva “científica”, auxiliar da prática política: “a dialética foi efetivamente elaborada para realizar o encadeamento dos fatos num sentido preciso e pré-determinado: a Revolução” (DC, 518). Procura-se assim, legitimar a união entre a Ciência e o Partido, numa visão muito próxima à ótica de Stalin: o materialismo dialético como um sistema filosófico-político e, o que a nosso ver é mais grave, como a continuação da obra de Marx e Lenin.

A política passa a ser entendida como uma atividade que visa a solução dos problemas de convivência entre os homens, mas que procura inspirar-se sistematicamente na

ciência; vê-se o papel primordial que Caio Prado atribui à Ciência, uma vez que a construção do socialismo se dará a partir do tratamento científico dos fatos sociais, o Partido assumindo “cientificamente” as diretrizes do projeto social.

“Dialética do Conhecimento”, o texto filosófico mais denso de Caio Prado Junior, foi elaborado em pleno período de hegemonia da visão de Stalin, não só no Brasil como na América Latina e Europa. O autor passa a considerar “Materialismo Dialético e Materialismo Histórico”, de Stalin, o ponto de partida para seus estudos do método dialético; não recorre a Marx, recorre a Stalin que, como sabemos, interpretou à sua maneira e conveniência os textos clássicos, impondo um cientificismo ao marxismo, de conseqüências desastrosas até hoje.¹⁰

A práxis, de categoria central passa a categoria secundária quando o autor sistematiza o estudo da função orgânica do pensar via Psicologia, dando à questão do conhecimento e do pensamento o tratamento científico “esperado” de um autor marxista.

No entanto, sua intenção é propor a Lógica Dialética como um método relacional e ao fazê-lo, deixa clara sua premissa: a conceituação como relacionamento, o conceito, como relação.

Com isso, abriu perspectivas para o estudo da Dialética como método lógico; nota-se que é após a publicação de Dialética do Conhecimento que começaram a surgir no Brasil um maior número de pesquisas em torno da Lógica dialética, da Matemática e da Linguagem, que mostraram a possibilidade de enfrentar a tradição e o longo domínio da lógica clássica.

A ênfase dada ao marxismo como ciência na obra filosófica de Caio Prado Junior não o afasta da ação política. Ao contrário, como ele mesmo afirma, “os dialéticos devem ser homens de ação, como estes devem ser dialéticos”. A sua proposta de se elaborar um programa lógico da dialética tem justamente a finalidade de não separar teoria e prática.

Podemos constatar que toda sua obra é permeada por esta intenção, daí a importância do estudo do seu pensamento como contribuição à análise da Revolução Burguesa no Brasil. Não é só o fato do autor ter pertencido aos quadros do Partido Comunista do Brasil que lhe confere esta relevância, mas o fato de que não há análise econômica destituída de fundamentos filosóficos próprios.

O entrelaçamento de diferentes fatores históricos, desde a formação intelectual do autor, a hegemonia do pensamento stalinista entre os chamados intelectuais de esquerda, na Europa e no Brasil, praticamente até meados da década de 50, o processo de difusão do marxismo na América Latina e a própria atuação de Caio Prado como militante do Partido Comunista do Brasil, contribuíram para que o autor elaborasse um trabalho filosófico sui generis: pioneiro, polêmico, mas que abriu as portas para o estudo da dialética como método lógico e conquistou um espaço para que se incluísse a filosofia marxista no estudo da Filosofia no Brasil.

Dialética do Conhecimento e Notas Introdutórias à Lógica Dialética são textos que assumem importância na medida em que as publicações filosóficas que existiam, ou seja, os manuais de Filosofia, em sua grande maioria ignoravam o pensamento marxista, como se a filosofia tivesse estancado em Hegel, no neokantismo e no positivismo. E continuam ignorando até as décadas de 60 e 70.

Só para exemplo, o texto de Antonio Paim "O Estudo do Pensamento Filosófico Brasileiro" (Tempo Brasileiro, 1979) não dedica um item à análise da filosofia marxista no Brasil porque no seu entender "os autores "marxistas heterodoxos" (Pinto Ferreira, Glaucio Veiga e alguns outros) marcam uma presença ativa no contemporâneo diálogo filosófico brasileiro mas não constituem uma corrente de filosofia". (p. 87 - grifo nosso)

Quando há, como o texto de Lídia Acerboni, "A Filosofia Contemporânea no Brasil" (tese de doutoramento publicada na Itália e traduzida pela Grijalbo/USP, 1969), figu-

ram como representantes da filosofia marxista Caio Prado Junior e Luiz Pinto Ferreira. Mas o tratamento que é dispensado aos dois autores é bastante irônico, suas obras são consideradas "autêntica apologética marxista", sem uma consideração maior pelo contexto histórico-sociológico da produção destes textos, nem sua inserção no contexto mais amplo da própria produção de cada um deles.

Mesmo que em alguns momentos da reflexão filosófica, como é o caso da questão da práxis, Caio Prado Junior tenha se afastado da teoria de Marx para absorver a teoria proposta por Stalin, o rótulo de "marxista iluminado" (p. 125) não lhe cabe assim tão fácil.

Caio Prado Junior buscou construir uma Epistemologia Dialética. Seus limites teóricos devem ser compreendidos a partir de dois pontos: 1º) no plano teórico não se pode desconsiderar o processo de difusão do marxismo na América Latina, "filtrado" pela Ótica de Stalin; 2º) no plano prático, não se pode desconsiderar a imensa influência que a Revolução Russa teve na História, como "modelo" para outras transformações sociais, caso da Revolução Chinesa e dos movimentos sociais latino-americanos.

Os textos filosóficos de Caio Prado Junior não podem ser analisados fora deste quadro mais amplo do marxismo na América Latina, nem de sua própria atuação enquanto militante do Partido. Estes textos representam um momento desta trajetória, profundamente marcada pela convicção de que a revolução democrático-nacional era a etapa necessária para se alcançar o socialismo, e que a URSS, como Pátria do Socialismo, deveria ser defendida a qualquer preço. "O que é Liberdade" é a expressão desta defesa.

Constatamos que a partir dos anos 60, os autores que haviam se reunido em torno da Revista Brasiliense muito contribuíram para a reorganização da vida acadêmica, sobretudo na Universidade de São Paulo, onde surgiram importantes pesquisas que incorporavam a ótica marxista como um marco de oposição as teorias sociais norte-americanas e ao positivismo.

Abrangendo um leque amplo, da sociologia, histórica, filosofia à economia, estes autores ao lado de outros autores

latino-americanos e brasileiros como E. Faletto, E. Laclau, Rui Mauro Marini, Paul Singer, Francisco Weffort, Francisco de Oliveira, começam a elaborar a crítica da revolução burguesa na América Latina e no Brasil em especial, numa perspectiva marxista. Sem dúvida a Revista Brasiliense foi um dos núcleos geradores desta crítica.

O próprio Caio Prado Junior, em 1966, com *A Revolução Brasileira*, dá início a esta crítica com a análise dos equívocos da atuação do Partido, sobretudo no Governo Goulart, que contribuíram para a catástrofe de 1964.

Cabe ainda citar que no início da década de 70 Caio Prado Junior escreve dois artigos importantes sobre o debate Marxismo versus Estruturalismo: "O estruturalismo de Levi-Strauss" e "O marxismo de L. Althusser", publicados na França, respectivamente em *La Pensée* e *Temps Modernes*. Esboçamos uma primeira análise destes textos, que figura como anexo em nossa tese de Mestrado. Certamente merecem um estudo mais aprofundado, que possa trazer novos elementos para a compreensão do pensamento pradiano, principalmente se considerarmos que na década de 70 e início dos anos 80, o autor vinha tomando notas para um novo trabalho de Filosofia (estas anotações são ainda inéditas).

Finalmente, cabe observar que o passado de lutas dos povos latino-americanos tem sido muito lentamente recuperado pela História. A revolução cubana arranca do esquecimento a revolução de Salvador de 1932 e recupera as lutas de revolucionários como José Martí, Júlio Antonio Mella, Antonio Farabundo Martí e mesmo Diego Rivera.

No Brasil a História oficial só destacou figuras e fatos históricos que eram de seu interesse; nos meios acadêmicos esta recuperação é também muito lenta e os vínculos com os outros países da América Latina ainda hoje não são fortes quanto deveriam ser. Basta citar que o texto mais importante de Mariátegui, "Sete Ensaios sobre a Realidade Peruana", publicado em 1928, só teve tradução em português, com prefácio de Florestan Fernandes, em 1975!

O resgate da obra e do papel de Caio Prado Junior não foge a esta regra, também tem sido lento. Além das teses acadêmicas, a expressão mais importante deste resgate deu-se em maio de 1988, com a realização da "Jornada de Estudos Caio Prado Junior", organizada pela UNESP-Marília.¹¹

Esperamos que outros estudos sistemáticos de sua obra sejam ainda realizados e divulgados, a fim de que ocupe definitivamente o lugar que lhe cabe na História das Idéias Sociais no Brasil.

NOTAS

(1) Um estudo dos pressupostos filosóficos de Caio Prado Junior: contribuição à crítica da Revolução Burguesa no Brasil, tese de Mestrado, PUCCAMP, 1989.

(2) Vide anexos tese op. cit.

(3) Para complementação vide introdução de Pedro Scaron para a coletânea de textos de Marx e Engels sobre a América Latina em Cuadernos de Pasado y Presente nº 30, Materiales para la história de A. Latina, Córdoba, 1974.

(4) Ibidem, p. 183, de artigo de Engels publicado em 23-1-1847, no Deutsche Brüssler Zeitung.

(5) Veja-se G. W. F. Hegel, Introdução à História da Filosofia, Col. Os Pensadores, S. P., Abril, 1974, 321-398. Veja-se ainda comentários de José ARICÓ in Marx e a América Latina, Cap. V. (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982).

(6) Eric HOBBSBAMM, Formações Econômicas Pré-capitalistas, 49. Marx em carta a Vera Zasulich em 8-3-1881, deixa clara esta sua perspectiva de análise, quando afirma que: "a análise apresentada no Capital não dá, portanto, razões, nem pró nem contra da vitalidade da comuna rural, mas o estudo especial que eu fiz dela me convenceu de que a comuna é o ponto de apoio da regeneração social da Rússia". Fica claro que o conceito de "proletariado industrial" como único suporte das transformações sociais no sentido socialista devia ser revisto. Esta carta foi traduzida por Riazánov e Bukarin e publicada em 1926. Veja-se os esboços de Marx neste texto de Hobsbawm, Apêndice, 131-133. (Rio de Janeiro, PAZ e TERRA, 1975).

(7) Michel LOWY, Le Marxisme em Amérique Latine de 1909 à nos jours - Anthologie, introdução, 7-67, que apresenta a periodização tomada por nós. Esta Antologia apresenta textos originais dos principais autores marxistas da América Latina de 1909 a 1972. (Paris, F. Maspero, 1980).

(8) José ARICÓ, Marx e a América Latina, op. cit., 62.

(9) A busca da legitimidade científica marcou o neomarxismo dialético a partir dos anos 30 e 40; as obras que aparentemente não faziam sentido nos textos filosóficos de Caio Prado Junior, podem ser compreendidas a partir deste marco. Obras de autores como Woodworth e Schlosberg (Experimental Psychology), Katz (Gestalt Psychology), Bingham (Size and form perception in "gallu domesticus"), Kohler (The Metallicity of apes), Kaffka (Principles of Gestalt Psychology) entre outras, que são utilizadas pelo autor em Notas Introdutórias à Lógica Dialética, mostram a dimensão deste esforço.

(10) Deve-se registrar que esta não é uma ótica exclusivamente pradiana. Ao nível internacional este processo deu-se de forma semelhante; só para citarmos um exemplo; o do filósofo francês Roger Garaudy, de 1957 a 1967 um indiscutível teórico do Partido Comunista Francês, que retoma e desenvolve muitas das colocações de Stalin no texto Teoria Materialista do Conhecimento (1953).

(11) Os trabalhos apresentados na Jornada foram organizados por Maria Angela D'Incao e figuram na coletânea História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Junior, São Paulo, Brasiliense, 1989.